

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS

RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.

PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO nº 20/2026

Processo nº 99/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2026

I - EMENTA

































Direito administrativo. Formação de Registro de Preços para a locação de equipamentos concentradores de oxigênio. Dispensa de licitação. Caráter emergencial. Lei 14.133/21.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer parecer jurídico relativo à regularidade do processo de dispensa nº **09/2026**, com fundamento na Lei Federal 14.133/2021, em especial o seu artigo 72¹ e na Resolução CONIMS nº 05/2024 e nº 012/2025

III- RELATÓRIO

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

007_DISPENSAS_AGUARDANDO_PARECER > PROCESSO_099_2026_DL_009_2026		
Nome	Status	Data de modificação
 1_CAPA_PROCESSO		27/04/2026 16:09
 2_0_DFD_006_2026_MANPAT		27/04/2026 10:47
 2_1_memorando_430_2026_completa		27/04/2026 15:37
 2_2_COTACAO_AIR_LIQUIDE		27/04/2026 10:47
 3_JUSTIFICATIVA_DL		27/04/2026 16:10
 4_0_PESQUISA_DE_PRECO		27/04/2026 15:34
 4_1_CESTA_PRECO		27/04/2026 15:31
 5_SOLICITACAO		27/04/2026 15:54
 6_HABILITACAO		28/04/2026 08:28
 7_ATO_CONSORCIO_033_2026		28/04/2026 08:37
 8_TERMOS_DE_REFERENCIA		27/04/2026 16:12
 9_MINUTA_ATA_REGISTRO_DE_PRECO		28/04/2026 07:50
 10_ATA_DE_REUNIAO_DE_JULGAMENTO_...		27/04/2026 15:55
 11_PARECER_CONTABIL		27/04/2026 15:55
 12_AUTORIZACAO_ABERTURA_DE_PROC...		27/04/2026 15:56
 13_SOLICITACAO_PARECER_DL_OXIGENIO		28/04/2026 08:44

¹ Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, **deverá ser instruído** com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, **que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos**;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

IV– DO PARECER

O presente processo tem como objeto a Formação de Registro de Preços para a locação de equipamentos concentradores de oxigênio, tendo o setor consulente indicado a via da Dispensa de licitação para sua formalização, sob o fundamento do caráter emergencial da contratação.

Primeiramente, cabe alertar o Setor consulente que o fundamento normativo desta contratação não é mais a Resolução CONIMS nº109/2023 mas a Resolução CONIMS nº12/2025, que a alterou e consolidou. Assim, devem ser adequados os documentos que instruem esse processo, com os ajustes adequados.

a) Da Urgência da Contratação

Quanto ao caráter emergencial e a indigência de contratação, consta do Documento de Formalização da Demanda, subscrito pela **Coordenadora de Manutenção e Patrimônio** do CONIMS, a necessidade identificada é de locação de concentrador de oxigênio fluxo mínimo de gás: vazão de 0,5 a 5 litros por minuto, incluindo fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos, bem como disponibilização de insumos e acessórios ao adequado funcionamento, em atendimento aos pacientes vinculados aos municípios consorciados ao CONIMS.

Destaca que:

Atualmente, o atendimento vem sendo realizado por meio da Ata de Registro de Preços nº 514/2024, a qual permanece vigente. Contudo, verifica-se o iminente esgotamento do saldo referente ao item 02, com disponibilidade apenas até a data de 30/04/2026, tornando inviável a continuidade do atendimento por meio do instrumento vigente.

Registra-se que o consumo do referido item superou a estimativa inicialmente prevista, em razão do aumento da demanda assistencial, a qual é contínua, porém sujeita a variações imprevisíveis decorrentes das condições clínicas dos pacientes, o que ocasionou o esgotamento antecipado do saldo da ata.

Destaca-se, ainda, que não há tempo hábil para a conclusão de novo procedimento licitatório antes do término do saldo disponível, o que comprometeria a continuidade do atendimento caso não seja adotada medida imediata.

Do documento acima mencionado, observa-se que o Setor demandante afirma que a urgência decorre do fato que, por planejamento incorreto, a quantidade indicada na Ata de Registro de Preços nº 514/2024 está em vias de término e que, até a conclusão de novo certame licitatório, haverá cessação de continuidade no fornecimento dos aparelhos (locação).

Nesse ponto, e sob a responsabilidade do demandante, não cabe a essa Assessoria Jurídica se opor ao caráter emergencial de uma nova contratação, com a ressalva de que se deve buscar compreender as razões da gestão do quantitativo e saldo dos itens, a fim de afastar a “emergência fabricada” e se valer dessa via de dispensa de licitação somente em casos excepcionais e raros.

Nesse sentido, estabelece a parte final do artigo 75, inciso VIII e §6º da Lei Federal 14.133/21:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

(...)

§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 desta Lei](#) e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.”

b) Do Critério de Seleção do Novo Fornecedor

Contudo, ainda no mesmo documento, o Setor demandante afirma que:

Ademais, a eventual substituição de fornecedor demanda complexa operação logística e assistencial, envolvendo o deslocamento de equipes técnicas às residências dos pacientes, retirada e instalação de equipamentos, bem como adequação às prescrições médicas e protocolos clínicos, abrangendo atualmente mais de 100 (cem) pacientes distribuídos entre os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Tal cenário inviabiliza a transição imediata sem prejuízo à continuidade e segurança do atendimento.

Diante disso, resta caracterizada situação de urgência, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, justificando a contratação emergencial, limitada ao prazo estritamente necessário para a conclusão de novo processo licitatório, de modo a assegurar a continuidade do serviço público essencial, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público.

Daí se observa que não só a contratação que se quer deflagar é emergencial como também, segundo o DFD, deve se dar com o mesmo fornecedor já contratado, pois a troca de equipamentos importaria em “complexa operação logística”.

Por outro lado, o critério de escolha do Fornecedor, para essa contratação emergencial, foi o do menor preço, conforme se extrai do Termo de Referência:

4. PESQUISA DE PREÇO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR

4.1. O preço indicado neste Termo de Referência decorre de análise em cota de preços anexa ao processo, tendo-se adotado os parâmetros indicados na Resolução CONIMS nº 58/2023, estando a empresa com a documentação de habilitação vigente.

4.2. O critério de seleção do prestador é o de menor preço por item.

Assim, deve se alertar que a manutenção do critério pode não satisfazer a particularidade do setor demandante, embora a conclusão final da cota de preços tenha sido a manutenção do atual fornecedor.

Sendo o menor preço o parâmetro, e ainda que se tenha afastado a exigência da publicidade do Aviso de Publicidade para busca de propostas complementares, é obrigatória a aferição adequada do preço de mercado, conforme expressamente indicado no §6º do artigo 75 da lei 14.133/21:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados OS VALORES PRATICADOS PELO MERCADO NA FORMA DO ART. 23 DESTA LEI e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.”

No caso dos autos, a pesquisa de preços é composta pelos seguintes elementos:

AIR LIQUIDE BRASIL	BANCO DE PREÇO	NOTA PARANÁ	PNCP 1	PNCP 2	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS - DISPENSA 58/2026 - MUNICIPIO DE ITAPÉVA/MG - ATA DE	INTERNET - EMPRESA RESPIROX	PE 08/2026 - PREF. CAMPO MAGRO/PR
R\$ 300,00	R\$ 376,89	R\$ 0,00	R\$ 371,55	R\$ 460,00	R\$ 490,00	R\$ 428,00	R\$ 518,46

Em Nota explicativa, a cesta de preços indicou que:

NOTAS EXPLICATIVAS
Para a pesquisa de preços foi utilizado a plataforma BANCO DE PREÇO, NOTA PARANÁ, PNCP E PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS que consolida valores praticados em contratações públicas realizadas por diversos órgãos e entidades da Administração, além de registros disponíveis em processos licitatórios publicados. Bem como em site encontrado na INTERNET
Diante da análise da pesquisa de preços, verificou-se a compatibilidade entre o valor da proposta recebida e aqueles praticados no mercado.

O artigo 23 da Lei 14.133/21, a que se refere o artigo 75, §6ª da mesma Lei, estabelece que, mesmo na contratação emergencial, o valor deve ser o praticado no mercado:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.”

Frente a esse cenário e considerando que o critério do TR foi o do menor preço e não o do “atual prestador”, deve-se justificar o motivo pelo qual o único valor que compõe a cesta de preços, de fornecedor local, é justamente o do atual e o porquê outros, com “**as peculiaridades do local de execução do objeto**” não foram consultados.

c) Das saídas legais postas

Superado esse ponto, observa-se que a Ata de Registro de Preços nº 514/2024, do processo 147/2024 – Pregão Eletrônico nº 011/2024, foi firmada em julho/2024, com a seguinte cláusula de vigência:

“CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. *O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data 22/07/2024, podendo ser prorrogada por igual período, diante da anuência do fornecedor registrado, sendo adotado para a prorrogação as quantidades totais inicialmente registradas, comprovando-se por meio de pesquisa de preços de mercado que o preço se mantém vantajoso.”*

Considerando que, na época do certame e da formalização da Ata em questão não vigorava a Resolução CONIMS nº 007/2025, que alterou a redação da Resolução 05/2024, então em vigor, passando a permitir a alteração quantitativa de saldo (até 25%) e a prorrogação antecipada do prazo de vigência, o Termo Aditivo 02/2025 desta Ata se limitou a prorrogar o seu prazo de vigência, com a quantidade integralmente reiniciada:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência, e a concessão de reajuste da **Ata de Registro de Preço nº 514/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços em referência, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, tendo vigência de **23/07/2025 à 22/07/2026.**

Assim, em vias de esgotamento do saldo e ainda não encerrada a vigência a única saída, de fato, é a nova contratação.

Sendo urgente o resultado prático e ainda não aberto, tampouco finalizado, no certame licitatório, mostra-se adequada a opção sugerida pelo Setor Consulente.

d) Da Instrução do Processo

Além da questão da cesta de preços, já enfrentada, observa-se que não consta dos autos o Estudo Técnico Preliminar, contudo, amparado no disposto na Resolução CONIMS nº 147/2024², que regulamenta as hipóteses de sua dispensa, nos casos de Dispensa de licitação.

O fundamento jurídico da escolha da dispensa de licitação consta da Justificativa de evento 03, a qual se reporta ao inciso VIII do artigo 75 da lei 14.133/21, que não exige a publicidade do aviso.

Quanto ao Termo de Referência e a minuta da Ata de Registro de Preços, há que se ponderar o seguinte.

d.1) Prazo de vigência da Ata

Consta da minuta submetida à análise:

² Art. 6º A elaboração do estudo técnico preliminar **é facultada** nas seguintes hipóteses de **dispensa** de licitação:

I – Para a contratação direta de que trata o art. 75, inciso I, da Lei Federal n. 14.133, de 2021;

II – Para a contratação direta de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133, de 2021;

III – para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação: a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

IV – **nos casos de emergência ou de calamidade pública**, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

6. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 08 (oito) meses, contados a partir de 01/05/2026, ou até a homologação de novo processo licitatório com o mesmo objeto, caso esta ocorra antes do término desse período, prevalecendo, nessa hipótese, o novo certame.

Contudo, o artigo 75, VIII da Lei Federal 14.133/21 assim estabelece:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

*VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e **somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa** e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas **no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade**, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;*
(...)

Assim, a nova Ata deve vigorar na duração do período necessário à celebração dos novos contratos/atas, decorrentes de processo licitatório, como regra.

Sua vigência se inicia, conforme minuta, em 01/05/2026 intuindo-se ser o marco da constatação formal do risco de término de saldo aos pacientes, e deve vigorar, no máximo, até 01/05/2027 ou, **necessariamente** quando as novas Atas forem formalizadas, se antes desse período anual, não sendo possível sua prorrogação nem conversão em contrato

Ademais, a quantificação do objeto na nova ata também deve ponderar as circunstâncias do artigo 75, inciso VIII – exata medida da situação emergencial.

d.2) Do Sistema de Registro de Preços na Dispensa de Licitação

Quanto ao cabimento do sistema de registro de preços na contratação pela via da Dispensa de Licitação, cita-se o disposto no artigo 82, §6º da Lei 14.133/21 e do artigo 9º da Resolução CONIMS nº 07/2025, *mutatis mutandi*:

“Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

(...)

*§ 6º O sistema de registro de preços poderá, **na forma de regulamento**, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de **dispensa de licitação** para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.”*



















“Art.9º. Para fins de contratação direta, pelo SRP, além do disposto nesta Resolução, serão observadas as demais Resoluções do CONIMS pertinentes, bem como o disposto na Lei Federal 14.133/2021.

§1º A instrução do processo de contratação, em especial o exame dos documentos da proposta e de habilitação, bem como o seu julgamento será de competência de Comissão de contratação e seguirá o procedimento previsto na Resolução CONIMS 109/2023.

§ 2º O registro de preços poderá ser utilizado na hipótese de contratação direta previstas na Resolução CONIMS nº 109/2023, por dispensa e inexigibilidade de licitação, inclusive nos casos de aquisição, por força de decisão judicial, de medicamentos e insumos para tratamentos médicos.”

d.3) Dos Requisitos de Habilitação

Não se observa do TR, nem da minuta da Ata de Registro de Preços, s.m.j, os critérios de habilitação a serem/que foram considerados, embora conste do evento 06, intitulado “Habilitação”, os seguintes documentos da atual fornecedora, também indicada a assumir a obrigação na nova ata decorrente desta Dispensa:

007_DISPENSAS_AGUARDANDO_PARECER > PROCESSO_099_2026_DL_009_2026 > 6_HABILITACAO				
Nome	Data de modificação	Tamanho Compact...	T	
 56 - AFE CURITIBA - SEM VALIDADE	28/04/2026 08:27	61 KB	C	
 56-Alvará de Licença para Localiza...	28/04/2026 08:27	92 KB	C	
 56-Licença Sanitária- 07-07-26	28/04/2026 08:27	43 KB	C	
 ALTERACAO_CONTRAO_SOCIAL	27/04/2026 10:46	1.930 KB	C	
 ANVISA CNC EVERFLO	28/04/2026 08:27	55 KB	C	
 Certidão Negativa Correccional - En...	24/04/2026 16:49	64 KB	C	
 CND_FEDERAL	24/04/2026 16:44	76 KB	C	
 CND_MUNICIPAL	24/04/2026 16:50	1.504 KB	C	
 CNDT	24/04/2026 16:46	82 KB	C	
 CNDT_ESTADUAL	24/04/2026 16:47	22 KB	C	
 CNPJ	24/04/2026 16:45	86 KB	C	
 Condenações Cíveis por Ato de Im...	24/04/2026 16:48	58 KB	C	
 FGTS	24/04/2026 16:45	79 KB	C	
 LICITANTES INIDÔNEOS	24/04/2026 16:47	75 KB	C	
 procuracao	27/04/2026 17:14	215 KB	C	
 qualificacao_economica_financeira	28/04/2026 07:44	819 KB	C	
 TCE	24/04/2026 16:48	205 KB	C	
 TCU	24/04/2026 16:46	92 KB	C	

Assim, há que se indicar no TR os referidos requisitos, destacando que a documentação não pode ser afastada pois não se enquadra na hipótese do artigo 70 da lei 14.133/21, em especial o seu inciso III:

“Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)”

Quanto à análise da qualificação/documentação do fornecedor indicado nos autos, trata-se de ato de competência do setor consulente.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j, a contratação direta através de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, VIII da Lei 14.133/21 é possível, ante a percepção de contratação urgente pelo setor competente, observadas as regras de publicidade no PNCP e no sítio oficial deste CONIMS, se ponderadas as ressalvas deste parecer.

Para consideração superior.

Pato Branco, 28 de abril de 2026.

Maria Cecília Soares Vannucchi

OAB/PR 35.313

Assinantes



Maria Cecília Sanches Soares Vannucchi

Assinou em 28/04/2026 às 15:12:08 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Maria Cecília Sanches Soares Vannucchi, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

8YK

XLQ

RXQ

PKD